

Relator finaliza proposta de reforma administrativa

O deputado Pedro Paulo finalizou a PEC da reforma administrativa, que propõe tabela única de remuneração e metas de desempenho para servidores

MUDANÇAS

Luísa Marzullo, Bernardo Lima e Thais Barcellos

AGÊNCIA GLOBO

Relator da reforma administrativa, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), finalizou a versão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que foi protocolada ontem na Câmara dos Deputados. O texto estabelece medidas como uma tabela única de remuneração para todos os entes da Federação, a criação de metas obrigatórias de desempenho para servidores, o fim de privilégios como férias acima de 30 dias e licença-prêmio, além de limitar em 10% os auxílios de alimentação, saúde e transporte para quem recebe acima de 90% do teto constitucional.

Também prevê revisão anual dos gastos do Executivo, o fim da aposentadoria compulsória para juizes, constitucionaliza a inclusão digital como direito social e cria uma estratégia nacional de governo digital.

O GLOBO teve acesso à proposta que deve ser protocolada ainda hoje. O parlamentar já circula em busca das 171 assinaturas necessárias para dar entrada na matéria, que modifica mais de 40 artigos da Constituição e mexe na espinha dorsal do serviço público.

A expectativa é de que vá ao plenário em novembro. O texto se estrutura em quatro grandes eixos: governança e gestão, transformação digital, profissionalização e extinção de privilégios. A justificativa apresentada pelo relator aponta que o objetivo é modernizar a máquina pública, reduzir distorções e alinhar o



Deputado Pedro Paulo destaca a tabela única de remuneração FOTO: PEDRO PAULO-BRUNO SPADA. CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasil a experiências internacionais que vinculam orçamento e políticas a metas concretas de resultados.

Veja os principais pontos:

Planejamento e metas obrigatórias

A proposta exige que presidentes, governadores e prefeitos publiquem, em até 180 dias após a aprovação, um planejamento estratégico para todo o mandato. Esse documento servirá a orientar os chamados "acordos de resultados", que cada órgão deve

firmar anualmente com objetivos específicos e metas claras. A medida busca criar um ciclo contínuo de planejamento, execução e fiscalização, tornando obrigatório que as políticas públicas sejam guiadas por resultados mensuráveis.

Os caminhos para ajustar as contas públicas: cortar gastos é inevitável, dizem analistas

Avaliação de desempenho e bônus de resultado

Servidores públicos de todas as esferas serão sub-

metidos a avaliações periódicas. O desempenho passará a ser critério para progressão funcional, ocupação de cargos de confiança e recebimento de bônus de resultados.

O texto autoriza a criação de bônus anuais para servidores em atividade, vinculados ao cumprimento de metas institucionais e individuais. O pagamento dependerá da existência de acordos de resultados e da avaliação periódica de desempenho.

A proposta prevê ainda que esses bônus não incidam sobre o teto constitucional: cada agente público poderá receber até o equivalente a duas remunerações extras por ano, podendo chegar a quatro no caso de ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança estratégicas.

Como o GLOBO antecipou, a aposentadoria compulsória deixa de ser usada como punição a magistrados e membros do Ministério Público, que passarão a estar sujeitos à perda do cargo em caso de faltas graves. CNJ e CNMP fi-

cam proibidos de criar benefícios ou gratificações. Os concursos públicos passam a depender de um diagnóstico prévio da força de trabalho e deverão priorizar carreiras transversais, com possibilidade de aproveitamento em diferentes áreas da administração.

A proposta também abre a possibilidade de concursos para ingresso direto em níveis mais altos da carreira em casos de especialização comprovada, limitada a 5% das vagas. O estágio probatório ganha caráter formal, com avaliações documentadas que poderão resultar na confirmação do vínculo ou na exoneração do servidor.

Tabela remuneratória única

Um dos pontos mais estruturais é a criação, em até dez anos, de uma tabela remuneratória única em cada ente da federação, válida para todos os Poderes e órgãos autônomos. O piso será o salário mínimo, e o teto correspondente ao limite constitucional. A mudança busca acabar com distorções salariais entre carreiras equivalentes e com a multiplicação de gratificações e adicionais que hoje encarecem a folha de pagamento.

Dólar fecha em alta e Bolsa tem forte queda

MERCADO FINANCEIRO

FOLHAPRESS

O dólar fechou em alta de 0,21% ontem (2), cotado a R\$ 5,339, com investidores no Brasil digerindo a aprovação do projeto de isenção do Imposto de Renda na Câmara dos Deputados.

Dados de emprego dos Estados Unidos também foram destaque na sessão, na esteira da paralisação parcial do governo norte-americano.

O clima de cautela nos mercados globais contaminou a Bolsa brasileira, que fechou em forte queda de 1,07%, a 143.949 pontos.

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade uma das principais promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT): a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 por mês. O projeto ainda precisa passar pelo Senado Federal antes de começar a valer em 2026.

Além de promessa da última campanha, a isenção do IR também é a principal aposta do PT para alavancar a popularidade de Lula em ano eleitoral. A medida ainda inclui um desconto no imposto de quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7.350 mensais.

Do todo, a desoneração da base da pirâmide de renda deve beneficiar até 16 milhões de contribuintes a um custo de R\$ 31,2 bilhões no ano que vem, segundo o relator, deputado Arthur Lira (PP-AL). Para compensar a perda desses recursos, o governo propôs a criação de um imposto mínimo de 10% sobre a alta renda, também aprovada apesar das resistências.

Alvo da medida de compensação são 141 mil contribuintes que recebem, em média, uma alíquota efetiva de 2,5%, que reflete a proporção de impostos recolhidos em relação à renda total. Para a equipe de Fernan-

do Haddad, ministro da Fazenda, a estrutura é injusta. A pasta elaborou estudos em que concluiu que taxar a alta renda melhora a desigualdade, e o governo defendeu uma ofensiva nas redes sociais em defesa da medida.

Em entrevista nesta manhã em Brasília, Haddad comemorou a aprovação na Câmara e disse não esperar dificuldades na tramitação no Senado. "Não acredito que vá haver problemas, inclusive porque este projeto não busca só justiça tributária, ele busca justiça tributária com ancora-gem fiscal", disse Haddad.

O projeto levantou temores de ingerência fiscal no ano passado, o que, entre outros fatores, levou o dólar ao recorde histórico de R\$ 6,20. Mais do que a isenção em si, o mercado temia que o texto fosse desidratado na Câmara sem uma compensação para a perda de receita, desequilibrando as contas públicas e impondo dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida do governo.

Mas, mesmo com a compensação, a leitura do mercado é que o projeto não é totalmente neutro.

"Ele aumenta a renda disponível para camadas que recebem até R\$ 5.000, e isso indica que ele não é neutro do ponto de vista da demanda", diz Leonel Mattos, analista de inteligência de mercado da StoneX. Em outras palavras, o especialista vê como mais provável que o dinheiro extra recebido pelo trabalhador seja gasto do que poupado.

"Mesmo que ele seja fisicamente neutro do ponto de vista das contas públicas, o projeto provavelmente pode resultar numa leve aceleração da demanda, o que complementa o desafio inflacionário enfrentado pelo Copom (Comitê de Política Monetária)", afirma.

Nesse sentido, as pressões inflacionárias poderão levar o comitê a manter a taxa Selic em 15% no ano por mais tempo.

AVISOS, ATAS E EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PARA ENTENDER

EXTINÇÃO DE PRIVILÉGIOS

● A proposta veda uma série de benefícios hoje existentes. Deixa de existir a possibilidade de férias superiores a 30 dias para a maior parte das carreiras, licença-prêmio, progressão por tempo de serviço e incorporação de adicionais automáticos.

FERTZ FERTILIZANTES S.A. CNPJ Nº 14.846.700/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

COMUNICADO A Alumora Alumina do Norte do Brasil S.A. (S.A. 0246.397/0003-16) tomou conhecimento que recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMA-PA), a Licença de Instalação nº 3650/2023, que autoriza o Projeto "Segregação de Águas" Fase 2 (Fase 2 - F2) e F3, localizado no município de Barcarena-PA, com validade até 18/08/2027.